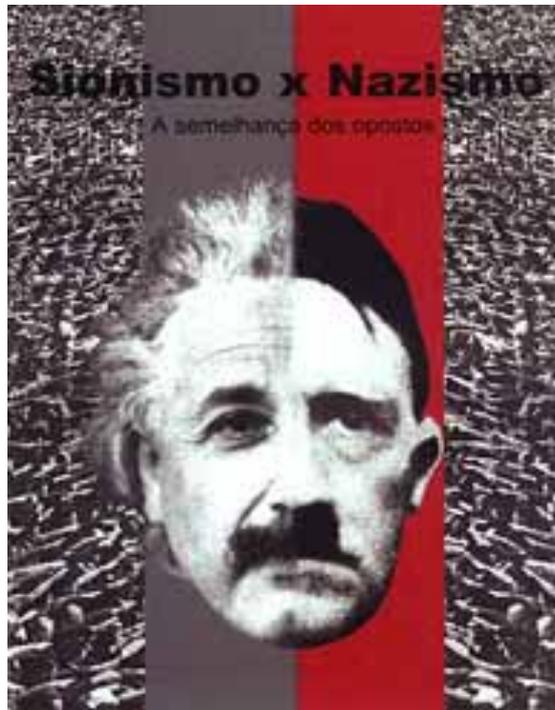


*Humanus II*

# Sionismo X Nazismo

## A semelhança dos opostos



A coisa mais fácil do mundo é apontar o dedo para os outros. É a mais fácil e a mais comum. Mas quase ninguém se interessa em conhecer e examinar seus próprios erros. Todos se acham bons, puros ou virtuosos. Os outros é que não prestam. Quem age e pensa assim não sabe que o que dá sentido à vida é a luta, a luta de aperfeiçoamento travada incessantemente no interior de cada homem entre o espírito e as tendências que tentam aprisioná-lo. Negligenciando esta luta, o ser humano alimenta uma força perigosa e autodestrutiva dentro de si, criando algo assim como um inimigo interno. É esse o inimigo mais perigoso, e a luta contra ele é a que demanda a maior coragem. Ela é imprescindível e inevitável, pois é a única coisa que pode evitar os piores males e tragédias. E como o inimigo interno é praticamente invisível, o maior benefício que se pode fazer a alguém é mostrar-lhe sua existência.

Mas, em geral, este benefício é retribuído com agressividade e hostilidade: a História mostra que os homens preferem enfrentar um exército a encarar a si mesmos. Muitas vezes a imagem do inimigo interno é tão assustadora que as pessoas, para se livrarem dela, projetam-na no exterior. Pois a reação mais imediata de quem quer esconder alguma característica própria é transferi-la para o outro na forma de acusação. Por isso, a acusação pode ser um retrato que o acusador desenha de si mesmo (veja-se o caso dos moralistas e fariseus de todos os tempos). E, justamente por isso, ela pode ser o indício de uma profunda identificação: é mais fácil reconhecer no outro aquilo que não se consegue enxergar em si mesmo, e a imagem do outro pode revelar exatamente aquilo que se tentava esconder. E essa identificação é inquietadora, pois torna manifesto o que ambos os lados pretenderiam negar, perante todos e perante si mesmos. O que acontece então é uma explosão de repulsa e ódio, manifestada através de mútuas acusações, de hostilidades e violência. Instaura-se um círculo do qual os participantes dificilmente conseguem sair.

No entanto, aquele que conseguir lançar um olhar atento e sóbrio sobre o conflito será capaz de enxergar, por trás do mar agitado e tempestuoso da discórdia, o mais interessante fenômeno de espelhamento que pode se dar nas relações humanas. E chegará à conclusão de que o círculo violento só poderá ser rompido quando cada uma das partes começar a refletir seriamente sobre si mesma, ao invés de descarregarem nos outros seus problemas de consciência.

## Revisionismo versus caça aos nazistas

Recentemente, um processo judicial trouxe novamente à baila uma questão que dominou o subconsciente de toda a civilização ocidental durante meio século. Deborah Lipstadt, escritora americana, acusou em um de seus escritos o historiador inglês David Irving de negar o genocídio dos judeus na II Guerra Mundial. O historiador moveu então uma ação contra a escritora, acusando-a de calúnia e protestando que suas afirmações o estavam prejudicando financeiramente, pois dificultavam a publicação de suas obras. A Suprema Corte britânica deu ganho de causa à ré, acusando Irving de manipulação dolosa de dados históricos.

Irving é um representante de uma corrente de pensamento chamada revisionismo histórico, a qual ultimamente tem ganho vários adeptos. Os revisionistas se caracterizam por procurar minimizar ou simplesmente negar os crimes do regime nazista. Paralelamente ao crescimento desta tendência historiográfica, tem sido registrado o aparecimento de grupos políticos oficiais ou clandestinos que professam ideologias neonazistas, muitos deles apresentando comportamento particularmente violento. Uma das estratégias da defesa consistiu em mostrar a ligação do historiador com movimentos europeus desta natureza.

Já Lipstadt tornou-se, talvez involuntariamente, um ícone de uma tendência oposta, a da caça aos nazistas. Com essa expressão queremos designar uma faceta daquilo que já foi também chamado de indústria do Holocausto, ou seja, a exploração política e ideológica dos acontecimentos mencionados. Consiste esta exploração em uma excessiva dramatização da História, em seu incessante repisamento, sob o pretexto de “evitar o esquecimento”. Essa tendência desemboca finalmente em uma deliberada confusão entre o plano da História e o da ficção, visto que procura suscitar mais o horror e emoções compassivas do que uma reflexão sóbria e desapaixonada a respeito de fatos tão significativos. Por essa via se renuncia a uma compreensão satisfatória dos acontecimentos históricos, que se tornam totalmente absurdos e prontos para serem instrumentalizados demagógica e propagandisticamente.

Os efeitos dessa instrumentalização demagógica do Holocausto se dão sobretudo no plano simbólico: foi em decorrência dela que no imaginário do pós-guerra o nacionalsocialismo se tornou o símbolo do mal radical e absoluto. A pecha de nazista se transformou na pior das execrações, reunindo em si as mais graves acusações que podem ser feitas a um ser humano, inclusive a da não-humanidade. Não é à toa, pois são conhecidas várias características negativas do nacionalsocialismo. O fundo racista de sua ideologia, o recurso ao terror como forma de tratar os oponentes, as idéias imperialistas, tudo isso são aberrações condenáveis. Porém, facilmente se passa por alto o fato de que nada disso se restringiu a essa ideologia. Em alguns destes aspectos os nazistas são apenas imitadores, e em outros, precursores de técnicas posteriormente desenvolvidas e potencializadas, ainda hoje usadas diariamente, se bem que de forma muito mais diluída e invisível.

Mas o problema maior está na própria idéia mitológica do mal absoluto, pois ela sempre se prestou a ocultar o mal real e atual. A condenação do mal absoluto sempre foi um meio de obtenção de um atestado fácil de boas intenções, sob o qual as maiores ignomínias já estiveram ocultas. Os inquisidores podiam mandar pessoas às fogueiras e depois dormir tranqüilamente, certos de terem o respeito da população, somente porque diziam combater o mal absoluto. E também a condenação do nacionalsocialismo tem sido hoje usada como um escudo protetor capaz de esconder muita hipocrisia. Principalmente porque, através de uma inversão estrategicamente planejada, a acusação de nazista pode ser usada para desqualificar exatamente aqueles que procuram denunciar essa hipocrisia.

## O perigo das ideologias

Hannah Arendt, filósofa judia e alemã, esteve presente ao julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, no ano de 1961. Eichmann era apontado como peça central do esquema de extermínio em virtude de sua atuação na deportação e transporte dos contingentes judaicos de toda a Europa ocupada em direção aos campos de concentração. Ele não negou o que lhe era imputado, nem que estivesse a par dos objetivos finais de sua atividade, mas defendeu-se alegando que apenas cumpria ordens. Evidentemente, não comoveu os juizes, mas causou uma impressão perturbadora em Arendt. Pois a figura daquele homem, sua maneira de argumentar, seus modos, enfim, pareceram-lhe frustrar todas as expectativas que se faziam em torno dele. Não demonstrava temperamento assassino nem ostensivamente violento. Sua pessoa parecia estranhamente decepcionar a todos e corroborar suas próprias afirmações: estava-se diante não de um monstro desumano, mas de um prosaico funcionário público, quase um burocrata, do tipo que cumpre ordens.

A partir de então, Arendt se dá conta do perigo e da falsidade que há na tendência à construção de uma imagem demoníaca dos nazistas. Passa a defender em seus escritos a tese de que o mal pode ser extremo, mas nunca é radical ou absoluto. Ele não tem raízes reais no interior humano. É um fenômeno sem dúvida perigoso, mas de superfície.

Mas resta ainda uma questão: como é possível que a consciência de um homem comum, como Eichmann, esteja a tal ponto anestesiada que não ofereça qualquer resistência considerável às suas ações? Esta pergunta nos conduz diretamente ao problema geral das ideologias. Talvez possamos resumir as conclusões de Arendt na constatação de que o mal se aloja nas ideologias (idéia expressa no esclarecimento *Humanus Loquitur*, págs 14-16 deste anuário), e estas, apesar de não pertencerem à essência humana, podem chegar a exercer um poder assombrosamente funesto sobre os homens, poder esse que de forma alguma se manifestou apenas em relação ao nazismo.

E com essas considerações alcançamos a possibilidade de uma compreensão mais satisfatória do fenômeno nacionalsocialista alemão. Pois é absurdo acreditar (como o fazem muitos) que uma sociedade que subsistiu por doze anos pudesse ser constituída por seres voltados essencial e radicalmente ao mal. Podemos discordar de certas idéias adotadas pelos membros da sociedade alemã entre 1933 e 1945, e podemos inclusive considerar algumas delas como incompatíveis com o atributo da humanidade. Mas não podemos negar esse atributo às pessoas que adotaram essas idéias, pois isso nos tiraria toda possibilidade de compreender o que se passou. Não podemos supor que todas aquelas pessoas não fossem capazes, tanto quanto todos nós, de sentimentos nobres e elevados, e que não aspirassem, no seu íntimo, às mesmas coisas a que o homem sempre esteve a aspirar, como a harmonia, a beleza, a vida pacífica, etc...

O problema, então, está na ideologia, e não na essência de quem quer que seja. Mas então outra questão se apresenta: como entender o surgimento de todos estes aspectos negativos da ideologia nacionalsocialista? Tem sido um enigma para muitos ocidentais o fato de que uma ideologia tão radical pudesse prosperar no seio de uma tradição cultural que deu ao mundo, ao longo dos séculos, tantos expoentes do humanismo, como Schiller, Goethe, Kant, Bach, Beethoven e tantos outros, arautos de valores que apontavam para uma cultura e uma comunidade universal.

Para responder estas questões é necessário levar em conta certos fatos históricos. Por volta da década de vinte, a Alemanha mergulhou em uma crise social de dimensões tais que dificilmente pode ser imaginada mesmo pelos habitantes de muitos países do chamado "terceiro mundo". Havia então desemprego, miséria, indigência generalizados, além de uma inflação que obrigava as pessoas a carregar em carrinhos de mão o dinheiro das compras domésticas. Esse quadro era, em parte, derivado do famoso Tratado de Versalhes<sup>1</sup>. Através deste tratado, os países vencedores da Primeira Guerra Mundial impuseram uma política punitiva à Alemanha, aplicando-lhe uma sentença de asfixia econômica e social. O tratado complementava o panorama sufocante com suas cláusulas propositalmente humilhantes e visivelmente destinadas a provocar a ruína social e moral da nação alemã. Era portanto de se esperar que surgisse entre os alemães uma vontade de reerguimento e de libertação de

um tão pesado jugo imposto violentamente a tantos seres humanos que nenhuma responsabilidade possuíam sobre os acontecimentos deflagradores da Primeira Guerra. Situações como esta são o que propiciam as revoluções e o surgimento de propostas políticas radicais. E foi essa situação o que tornou possível a ascensão dos nacionalsocialistas, que prometiam a solução de todos os problemas sociais. E o fato é que realmente conseguiram solucionar a maioria deles.

Mas este estado de coisas também tornou a Alemanha uma terra fértil para a proliferação de um nacionalismo exacerbado e de um ódio cego, que terminou por manifestar-se em um declarado racismo. Os nazistas, como se sabe, direcionaram todo esse ódio para os judeus, que em sua ideologia ocupavam o mesmo lugar que eles, nazistas, agora ocupam no imaginário atual: o lugar do mal absoluto. O povo judeu era por eles considerado o exclusivo culpado não apenas pela situação alemã, mas também pelos males do mundo em geral. Em resumo, tudo o que os nacionalsocialistas diziam já havia sido dito pelos anti-semitas, ou, para ser mais exato, os antijudaicos ao longo de muitos séculos. Afirmavam que os judeus pretendiam o domínio mundial e que utilizavam para esse objetivo o controle do capital financeiro e usurário; que conspiravam às secretas, infiltrando-se em todos os governos do mundo como estratégia de estabelecimento de sua soberania. Denunciavam-nos como praticantes de uma política iminentemente racial, baseada em uma pretensão de superioridade, apontando-os como o único povo que havia conseguido manter a pureza racial durante toda a História. Declaravam também que eles se comportavam como uma nação intrusa e parasitária no seio dos povos que os acolhiam, sempre trabalhando para a dissolução dos valores dos hospedeiros e sua escravização através do poder monetário, que detinham em decorrência da prática milenar da usura.

Cabe observar que esta descrição dos judeus, repetida hoje em dia pelos revisionistas e neonacionaisocialistas, difere apenas quanto aos métodos daquela que é feita dos próprios nacionalsocialistas, mas não em essência. Diante de acusações desta natureza, a reação mais comum dos judeus é a indignação, a revolta e a infalível acusação de anti-semitismo. Tem sido assim por muito tempo, e não se chegou a nenhuma conclusão satisfatória. Talvez seja o caso de se considerar se não seria mais inteligente e proveitoso realizar um sério exame auto-crítico a fim de investigar se tais acusações não terão algum fundamento.

## O povo eleito

O nome do patriarca do judaísmo, “Abraham”, está ligado, não apenas foneticamente mas também segundo a etimologia, ao nome “Brahamam”, que designa a divindade máxima do bramanismo, a mais antiga das religiões tradicionais conhecidas. O bramanismo é a raiz do hinduísmo, que ainda hoje possui milhares de adeptos. Os hindus, povo no seio do qual surgiu esta religião, pertencem ao tronco étnico dos árias, também chamado ariano. Diante disso, a associação entre judaísmo e arianismo torna-se uma hipótese interessante que mereceria ser averiguada, pois talvez explicasse algumas coisas de que ainda trataremos aqui.

Por enquanto é suficiente notarmos que, semelhantemente a outro grupo étnico, que reivindicou o título de ariano, os judeus sempre deram uma importância fora do comum à questão da “pureza racial”. Tanto que quem visita hoje uma sinagoga ou um bairro judeu está certo de poder encontrar semblantes que poderiam ter passeado pelas ruas da Jerusalém anterior à Diáspora. Atualmente, como naquela época, ainda vige, em muitas famílias tradicionais, a terrível interdição do casamento inter-racial, considerado muitas vezes como uma deserção imperdoável ou uma auto-excomunhão. Tal anacrônica proibição causa frequentemente o desespero de muitos rapazes e donzelas israelitas, além de sérios problemas de pele. Porém, muito mais graves são as conseqüências da ideologia que está por trás dela.

Essa ideologia tem origem em um erro de interpretação. Os descendentes de Abraão não souberam compreender a sentença que, segundo se lê no Velho Testamento, Jeová disse ao patriarca: que sua estirpe era escolhida entre todas. O que, de fato, poderia significar isso? Levando em consideração um ponto essencial do judaísmo, a crença na vinda do Messias (que muitos ainda estão esperando), isto só poderia significar: o povo judeu era o

escolhido para receber e abrigar uma Mensagem trazida à Terra pela própria Divindade encarnada. E se Jeová é o único Deus existente, essa Mensagem só poderia ser universal e pertencer a todos os homens. Seria então uma Mensagem de conciliação que declararia todos os povos como filhos do mesmo Deus.

É possível que isto seja avançado demais ou espiritual demais para uma tribo nômade recém-saída da mais aberta idolatria. O fato é que os antigos hebreus interpretaram a “eleição” em um sentido exclusivista, ou seja, em um sentido diametralmente oposto ao seu verdadeiro significado, como se Deus estivesse querendo dizer que eles tivessem algo de especial ou “superior” aos outros povos. Vê-se que, no campo da política, este engano interpretativo pode muito facilmente se traduzir na idéia de um direito natural de Israel em submeter todos os outros povos à sua soberania. Podem ser encontradas no Velho Testamento muitos testemunhos dessa idéia, e mesmo do desejo de sua realização. Talvez tenha sido para mitigar esta tendência e prevenir contra a arrogância que Jeová lhes haja mostrado tantas vezes o cativo, ainda no tempo antigo.

O povo hebreu estava em um desses cativos quando finalmente chegou a Mensagem tão esperada, através de Jesus. Ela trazia a verdadeira libertação, porque espiritual, e igualando todos os homens e povos perante um único Pai, um único Deus, revelava finalmente o verdadeiro sentido do que havia de mais essencial e genuíno no judaísmo. Porém, ela também representa o contrário de toda pretensão de superioridade, de todo exclusivismo, e daquela forma de racismo latente nas tradições dos fariseus. Ela afirmava que os judeus não tinham motivos para se crerem melhores do que nenhum outro povo, inclusive o romano. Por isso foram poucos os que conseguiram compreendê-la e aceitá-la. Mas o fato é que este Homem, o único e verdadeiro Judeu, que foi desprezado pela maioria como uma espécie de traidor, conseguiu, sozinho e sem nenhum gesto ou palavra violenta, aquilo que em séculos de guerrilhas, conspirações e conchavos políticos eles não haviam conseguido: a derrocada do temível Império Romano, com a conseqüente libertação do povo judeu.

## **O judeu medieval: auto-segregação e ressentimento**

No início da Idade Média, o povo hebraico já tinha atrás de si longos milênios de imigrações, escravizações e privações. Isto contrastava fortemente com a idéia religiosa do povo eleito e com a sua tradução na ideologia da supremacia política. Mas, ao que se sabe, não houve, por parte dos judeus, uma real tentativa de revisão das bases de sua fé. Houve muitas conversões, mas os que não se convertiam preferiam perseverar nas velhas ilusões. Isso impediu que fossem encontradas as verdadeiras causas espirituais dos acontecimentos históricos, que, por isso mesmo, continuavam ininteligíveis. O sofrimento de milênios foi então lentamente se sedimentando no fundo da consciência judaica como um fato inexplicável, gerando um amargor que foi se acumulando e sendo transmitido às gerações seguintes, incorporado à cultura e à tradição. Em virtude disso, cristalizou-se na auto-compreensão judaica um paradoxo aparentemente insolúvel: o povo eleito (e supostamente superior) é ao mesmo tempo sofredor. E como podem sofrer os eleitos de Deus?

Este é um paradoxo bastante caro ao imaginário judaico, pois é supostamente o símbolo de uma imensa injustiça. É isso o que dá ao sofrimento o sabor de um verdadeiro troféu entre os judeus, um troféu digno de ser lembrado por todas as gerações em todos os milênios. E é ele também o que põe em funcionamento um perigoso mecanismo psicológico, que acaba por reforçar as tendências ancestrais: colocados historicamente por tantas vezes em uma situação de opressão, os judeus tendem a experimentar um impulso vigoroso no sentido de demonstrar na prática o seu pretenso caráter “especial” ou, conforme o caso, “superior”. Isto dá origem a uma série de formas de pensar e agir que, ao longo do tempo, fizeram imperceptivelmente a história de várias correntes importantes do judaísmo. Originou, por exemplo, um fortalecimento da tendência ao isolamento, tanto étnico como social, com a formação espontânea de guetos, no sentido de comunidades judaicas fechadas e autônomas inseridas no interior de sociedades não judias.

No período medieval, essa tendência ao isolamento, nascida no próprio interior do judaísmo, foi grandemente reforçada e estimulada por fatores externos. Esses fatores estão ligados à posição dos judeus como único povo não cristão em uma Europa totalmente cristianizada, ao

menos formalmente. Pesava sobre eles a terrível acusação do deicídio; e seu próprio isolamento e estranheza de costumes atraíam sobre eles as maiores desconfianças. Era comum a crença de que se tratava de uma raça de adoradores do demônio e de feiticeiros, que envenenavam as fontes e raptavam crianças cristãs para imolá-las em suas reuniões. Um atestado sobre a forma como os judeus eram vistos pela comunidade circundante é dado pela palavra “sabá”, a que os dicionários atribuem o significado de “reunião de feiticeiros”, e que deriva de “shabbat”, que designa o sábado hebraico.

Em uma época eminentemente supersticiosa, em que a religiosidade determinava a maneira de pensar e agir, é natural que essas representações dessem lugar a grandes e violentas perseguições, além de exclusões forçadas. À auto-segregação espontânea dos judeus, somou-se então uma forte segregação exterior, em parte explicável pela primeira.

Para um povo que se pretende religioso e dá importância a uma visão espiritual da existência, o sofrimento continuado deveria inclinar a uma severa reavaliação auto-crítica, deveria ser compreendido como um sinal de que algo anda errado em sua concepção de mundo. Mas isso não aconteceu com o judeu medieval. O próprio absurdo da situação deveria ser suficiente para mostrar-lhe o absurdo que é as pessoas se darem a tanta dor de cabeça e se matarem durante séculos por causa de um punhado de superstições. No curso desta reavaliação poderiam ter se perguntado o que é verdadeiramente a religião e o sentimento religioso em toda a sua pureza e poderiam então ser capazes de perceber a diferença entre a letra morta e o espírito vivo, e, quem sabe, entender que o Deus sem rosto é aquele que pode ser adorado tanto em uma sinagoga quanto em uma igreja, em uma mesquita ou ao ar livre. Mas este passo os judeus daquela época não conseguiram dar, pois isso significaria reconhecer a verdade da doutrina do Judeu que eles não quiseram ouvir.

Como em outras ocasiões, o sofrimento só fez com que os hebreus se aferrassem ainda mais às velhas tradições e à letra morta, como forma de afirmação de sua identidade. Foi comum inclusive adotarem uma atitude arrogantemente desdenhosa em relação às crenças cristãs, chegando mesmo à satirização de mau gosto de seus principais símbolos, coisa que, para a vergonha do povo de Israel, ainda se pode constatar em certos textos antigos. É claro que isto só poderia aumentar as hostilidades, com o que o ciclo se reiniciava... É provavelmente a partir deste período que se desenvolveram certos reflexos condicionados da alma judaica, que ainda hoje são flagrantemente visíveis em certos setores política ou religiosamente mais ortodoxos. Referimo-nos, por exemplo, à tendência a dividir o mundo entre judeus e não-judeus, à obsessiva sensação de estar sempre e eternamente ameaçado, ao zelo em descobrir o inimigo, mesmo onde ele não existe (mesmo entre os amigos), e, no caso extremo, à tendência a considerar todos os não-judeus como inimigos reais ou potenciais. Nem é preciso dizer que estas tendências mentais freqüentemente acabam criando e alimentando inimigos de fato.

Mas o mais perigoso inimigo estava sendo criado no interior dos muros da comunidade. Fora lentamente gerado pelo sofrimento acumulado através dos milênios e embalsamado nas lágrimas de revolta das gerações, pela arrogância de uma ideologia auto-segregadora e pela falta de disposição para o exame dos próprios erros históricos. O mais perigoso inimigo era o ressentimento, que pouco a pouco lançava suas obscuras emanações sobre a maneira judaica de pensar. O vago desejo da desforra contra uma opressão cuja culpa era lançada indefinida e inconscientemente a tudo o que fosse exterior. Era o ressentimento, que é para o espírito o que o veneno é para o corpo.

## **A presença judaica na elite financeira internacional**

Foi ainda durante a Idade Média que teve lugar um fato decisivo para a história dos judeus e para o seu posicionamento na sociedade ocidental. Era então bastante restrito o acesso deles aos setores primários da economia, uma vez que não podiam ter a propriedade da terra nem participar das corporações artesanais. Este fator determinou a sua concentração nos setores secundários da economia, inicialmente no comércio e posteriormente na atividade financeira, ou seja, na usura, a qual, aliás era proibida aos cristãos.

Com o desenvolvimento do mercantilismo e os primeiros passos do capitalismo, começou a

surgir uma classe de judeus ricos, comerciantes e banqueiros, que se deu conta de que naqueles novos tempos a riqueza monetária cada vez mais significava poder. Pois nem os príncipes podiam realizar seus projetos e nem os recém-surgidos burgueses seus empreendimentos sem dinheiro. E como muitas vezes não tinham o suficiente, tinham que recorrer aos bancos e submeter-se às suas condições.

Foi então que o velho ressentimento, que havia muito rondava a mentalidade judaica, encontrou um eficiente canal de expressão prática. Pois aquela elite financeira logo percebeu que o poder do dinheiro tornava finalmente realizável um projeto latente no subconsciente judaico, e que sempre havia parecido apenas uma quimera: dominar efetivamente o conjunto da sociedade gentia – vista como força hostil e ameaçadora – de modo a conquistar uma garantia duradoura contra os ataques externos e, ao mesmo tempo, vingar a velha mágoa do povo oprimido, invertendo uma situação que durante séculos fora francamente desfavorável.

Este infeliz projeto, e talvez apenas ele, torna claro o motivo por que os judeus, muito tempo após cessadas as interdições econômicas medievais, tenham permanecido tão fortemente ligados à usura. Esta prática condenável acrescentou mais um ponto negativo à imagem pública do judeu medieval, mas a imagem do judeu usurário se mantém através dos séculos, alimentando nas pessoas – compreensivelmente, é preciso reconhecer – a aversão e a desconfiança contra todo o povo hebraico. No Renascimento, Shakespeare dá um atestado de como era corrente essa imagem através do caricato personagem Shylock, de O Mercador de Veneza. No século XIX, Marx, apesar de judeu, apontou a relação secular dos judeus com a usura em páginas que não deixam nada a dever aos piores anti-judaicos de todos os tempos.

Ora, em todas estas épocas o poder político se relacionou estreitamente com o poder econômico: ou este era a antecâmara do poder político ou este último era apenas uma fachada do poderio econômico. Por isso, apesar de todas as exclusões e perseguições que os judeus sofreram, havia sempre uma determinada elite judaica capaz de interferir direta ou indiretamente nos rumos políticos e financeiros, o que algumas vezes também ocorreu através de organizações secretas, por essa mesma elite constituídas ou financiadas.

Na Alemanha anterior à ascensão dos nazistas, havia uma grande quantidade de usurários oriundos da fé judaica. Durante séculos uma elite financeira de judeus esteve à frente das principais casas bancárias, não só alemãs como de toda a Europa, as quais tiveram na usura uma importante fonte de enriquecimento. Paralelamente, seguindo uma tendência essencial do próprio capital – que, como observou Marx, desconhece quaisquer fronteiras nacionais –, o poder político do capital financeiro havia gerado uma rede de influências de dimensões potencialmente mundiais. Composta preponderantemente por financistas judeus, essa rede de interesses pairava como um poder supranacional oculto por sobre todas as nações, que se submetiam secretamente a ela, quando não eram dominadas diretamente por seus representantes.

Pode-se então perceber que as acusações feitas pelos nazistas aos judeus, apesar de conterem uma inadmissível generalização – pois é evidente que nem todo judeu é usurário ou possui qualquer interesse em dominar o mundo – e de estarem temperadas com um ódio absolutamente absurdo, não eram, todavia, totalmente carentes de fundamento factual. É, por exemplo, um fato historicamente comprovável que o Tratado de Versalhes redundou em benefício de uma elite financeira internacional, e, para complementar o quadro, havia importantes elementos judeus na chamada República de Weimar, que vigorou na Alemanha do período entre guerras, embora nem sempre fosse fácil demonstrar alguma suposta relação entre esses elementos e os interesses daquela elite.

Muitos revisionistas, quando mencionam tais circunstâncias, parecem querer demonstrar que aqueles mesmos fatos que negam com tanta veemência, afinal de contas, teriam sido justificados. É totalmente indecente tentar construir uma justificativa desta espécie. Mas uma contextualização histórica semelhante é importante para permitir que aqueles fatos se tornem realmente portadores de algum ensinamento positivo, abrindo uma nova perspectiva de interpretação na qual os membros do povo hebraico consigam escapar à fácil tentação de

explicar tudo através, simplesmente, do “eterno anti-semitismo” e adquiram uma postura mais crítica em relação a determinadas elites que se arrogam o direito de representá-los.

## Carregadores de lixo e geopolítica

Esta mudança de abordagem corresponderia a uma tentativa, por parte do próprio povo hebreu, de reconhecer aquilo que temos caracterizado como o seu inimigo interno, ou seja, o conjunto de todas aquelas tendências nascidas da arrogância, da prepotência, do ressentimento e da mágoa, as quais precisam ser eliminadas para que o judaísmo volte a encontrar alguma coisa de seu cerne mais original e sadio. Esta é, a nosso ver, a única atitude capaz de pôr um fim definitivo a este antigo problema da civilização que é o anti-semitismo.

E no contexto de tal tentativa, o exame do fenômeno do nacionalsocialismo se revela de grande importância, pois neste movimento os traços daquele inimigo interno de Israel se tornam surpreendentemente visíveis. É como se a História houvesse condensado em doze anos todo o desenvolvimento milenar das tendências negativas do espírito judaico de modo a apresentá-las em uma imagem amplificada, que os judeus deveriam aprender a utilizar como instrumento de um doloroso mas necessário autoconhecimento.

Também o nacionalsocialismo teve origem no ressentimento e na arrogância de uma nação que preferiu lançar ao mundo toda a culpa por seu sofrimento antes de se perguntar se entre as causas de sua situação de opressão não estariam também suas próprias tendências. Na verdade, grande parte do sucesso dos nazistas se deveu à sua capacidade de explorar o ressentimento e estimular tendências retrógradas. Valeram-se notoriamente do velho chauvinismo teutônico, na sua versão mais militarizada, para fomentar o antigo orgulho nacionalista do qual Bismarck, no século anterior, havia sido um dos maiores símbolos. A própria cláusula do Tratado de Versalhes que proibia a Alemanha de constituir uma força armada foi utilizada como forma de reavivar a proverbial propensão germânica à beligerância, cujas conseqüências danosas já se haviam manifestado em outras ocasiões históricas.

É a esse tipo de sentimento que Hitler se dirige já em 1925, quando, no Testamento Político, por ele ditado, faz a seguinte exortação aos alemães: “Jamais tolerem o surgimento de dois poderes continentais na Europa. Em cada tentativa de organização de um segundo poder militar nas fronteiras alemãs, ainda que seja apenas na forma da construção de um Estado capaz de desenvolver um poder militar, vejam um ataque à Alemanha, e reconheçam diante disto não somente o direito, mas também a obrigação de, através de todos os meios, incluindo o emprego do poder armado, evitar o surgimento de um tal Estado, ou ainda de destruí-lo, caso já tenha surgido.”<sup>2</sup>

Mas o principal ponto de contato entre as ideologias judaicas e nazistas é também o mais negativo, o elemento que levou ambos a cometer seus maiores erros: é a ideologia racial, a mais perversa e infeliz de todas as ideologias. Pois, como é sabido, os nazistas também seduziram as massas com a cantilena da superioridade racial. Grandes afinidades podem igualmente ser descobertas no que tange à questão da “pureza racial”. Por exemplo, quando as Leis de Nüremberg, de 1935, proibiram o casamento e as relações sexuais entre judeus e alemães, estabeleceram uma norma que os religiosos judeus não podiam senão aplaudir, e que a lei rabínica do Estado de Israel veio posteriormente a adotar, não apenas em relação aos alemães, mas a todos os não-judeus. E mesmo as estranhíssimas teorias nazistas que afirmavam serem as almas divididas em raças correspondentes aos diversos povos não diferem muito das idéias de alguns sacerdotes judeus que ainda hoje sustentam que uma alma judia permanece sempre judia, encarnada ou não.

Ainda relacionado com a tese da superioridade racial está um ponto que se reveste de especial importância por mostrar o quão longe pode chegar a íntima identificação entre oponentes. Todo povo que se crê superior tende a rejeitar certo tipo de trabalhos elementares, que são considerados vis ou pouco dignos, como se algum pudesse sê-lo. Os superiores nunca apreciaram “pegar no pesado” ou carregar o lixo, e por isso sentem tantas vezes a necessidade de produzir servos ou escravos. Durante a guerra, os nazistas forçaram

ao trabalho escravo muitas populações submetidas, enquanto que o dinheiro das finanças judaicas escravizou e ainda escraviza sociedades inteiras. Mas os escravos humanos apresentam muitos inconvenientes! Têm o mau hábito de se rebelarem e demandam sempre algum tipo de atenção especial. Para solucionar este grave problema, desenvolveu-se um obscuro e pouco conhecido projeto genético da medicina nazista.

Há documentos que comprovam que um grupo de cientistas desta área esteve envolvido em pesquisas que visavam possibilitar a criação, através de manipulação genética, de um ser híbrido intermediário entre o homem e o macaco. Seria uma espécie de robô de carne, esperto apenas o bastante para compreender ordens simples, mas suficientemente estúpido para não possuir pensamentos ou vontades próprias.

É provável que eles não soubessem, mas a patente original desta idéia é judaica e remonta à Idade Média. Trata-se da lenda do Golem, inspirada na Gênese e descrita na obra mais conhecida de Gustav Meyrink (denominada O Golem). Segundo ela, no começo de nossa era alguns rabinos quiseram imitar a Deus e acharam que poderiam criar a partir do barro um ser vivo e inteligente, valendo-se de fórmulas mágicas cabalísticas (precursoras, certamente, dos códigos secretos da genética). Deus havia criado falando, e eles procuraram a fórmula apropriada. A seita dos Hassidin elaborou, durante o século XII, 221 combinações diferentes com as letras do alfabeto. Amassando uma certa quantidade de barro vermelho seria então possível criar um homem pronunciando estas combinações, e ele poderia ser desfeito, pronunciando as combinações invertidas. Durante o Renascimento, a lenda do Golem assumiu um aspecto diferente: ele se destinava a ser uma utilidade doméstica e se tornava o servo dos homens, cumprindo suas tarefas com a maior facilidade. Sua única característica era a de crescer muito rapidamente e de adquirir uma forma de gigante. Para tirar-lhe a vida, seu criador tinha que cancelar a primeira letra da palavra emeth (verdade), que ele levava inscrita na testa. Sobrava então meth, que significa morte.

A ideologia da raça também deu o tom da política externa do Terceiro Reich, especialmente através da doutrina da Geopolítica. Esta controvertida disciplina, pretensamente científica, havia sido criada por Friedrich Ratzel ainda no final do século XIX, e pretendia estudar as relações dos povos com o espaço no qual vivem do ponto de vista de suas necessidades e potencialidades. Posteriormente foi desenvolvida por Karl Haushofer, no Instituto de Munique, vindo a se tornar um dos principais elementos do universo ideológico nazista.

Um dos principais conceitos geopolíticos era o de espaço vital, através do qual se designava o território de que um determinado povo necessitava para desenvolver-se satisfatoriamente. A Geopolítica visava então definir as leis da dinâmica dos povos por sobre a geografia terrestre, cada um deles procurando garantir, através de guerras, emigrações e outros meios, a posse do espaço vital que lhe corresponderia.

Têm-se observado que a geopolítica de Haushofer, é em grande medida, uma decodificação conceitual de idéias que o próprio Hitler já havia expressado em seu livro Minha Luta. E de fato, no capítulo IV desta obra lê-se, por exemplo, que "...A natureza não conhece limites políticos. Preliminarmente, ela coloca os seres neste globo terrestre e fica apreciando o jogo livre das forças. O mais forte em coragem e em diligência recebe o prêmio da existência..."

Ninguém pode negar que a natureza não conhece limites políticos e que os mais fortes têm mais chances de sobreviver, mas estas formulações também podem conter implicações menos óbvias. A guerra de conquista, por exemplo, não é o meio mais tradicional de manifestação do tal "jogo livre das forças"? Deve-se considerá-la então como natural e inevitável? Sendo assim, o conquistador terá uma espécie de direito natural à posse do território conquistado, direito esse baseado em sua maior "força, coragem e diligência". E a raça ariana, a mais forte, mais disciplinada e mais diligente de todas, terá, por suposto, o direito a requisitar, por estes meios naturais, o território onde outras nações estão "indevidamente" vivendo. O mesmo Minha Luta dá a entender que estas interpretações têm algum fundamento: "Se se quiser (conquistar) solo e chão na Europa, então isso só pode acontecer em larga escala às custas da Rússia, e então o novo Reich deveria se pôr em marcha como o antigo cavaleiro(...) e com a espada alemã dar o torrão ao arado alemão." E ainda: "...nós, nacionalsocialistas (...) interrompemos o eterno impulso germânico para o

sul e para o oeste da Europa, e lançamos o olhar para a terra do Leste (...) Se hoje na Europa falamos de solo e chão, podemos pensar, em primeiro lugar, apenas na Rússia e nos Estados circundantes a ela submetidos”<sup>3</sup>.

Por sua vez, a principal direção de deslocamento do front alemão durante a guerra (Tschechoslováquia, depois Polônia, e daí em direção à Rússia) parece indicar que essa marcha para o leste do Minha Luta não era apenas uma especulação geopolítica.

## Geopolítica no Oriente

Enquanto Haushofer teorizava em seu instituto, um outro movimento nacionalista radical se via às voltas com um problema geopolítico prático absolutamente inusitado: como criar um Estado nacional que reunisse um contingente populacional disperso havia milênios por toda a Terra em um território habitado por uma população que não se mostrava nada disposta a se retirar dali.

Era o chamado Sionismo Político, com sua idéia fixa de criar a qualquer custo o Estado judeu na Palestina. Esse projeto apresentava dois problemas práticos. Em primeiro lugar, como fazer com que milhares de pessoas, de vários países, emigrassem para uma terra estranha e distante? Em segundo, o que fazer com os árabes nativos, que resolutamente se recusavam a cooperar com a invasão de suas terras?

Apesar de suas características absolutamente próprias, a geopolítica sionista revela, em seus métodos e justificativas, grande afinidade com sua congênere alemã. Na resolução do primeiro problema (o da emigração), houve várias gestões diplomáticas entre nazistas e sionistas no sentido de providenciar a imigração dos judeus para colonizar o Estado de Israel. Afinal, uns queriam se livrar de seus judeus e os outros precisavam desses judeus. Estavam dadas todas as condições básicas de um negócio. E assim, representantes sionistas tiveram trânsito franqueado nos gabinetes nazistas durante todo um longo período, motivo pelo qual outros grupos judeus os acusaram de “pactuar com o diabo”.

Talvez não houvesse nada de errado em os sionistas tentarem encontrar uma solução negociada para o problema dos judeus alemães, a qual ao mesmo tempo fomentasse a emigração para o Oriente Médio. O problema é que aqueles senhores estavam muito mais interessados no segundo ponto do que no primeiro. Colocaram sua obsessão de criar o Estado de Israel muito acima dos interesses dos próprios refugiados. Prova desse fato é que entre 1933 e 1935, dos 119.315 imigrantes que entraram na Palestina, apenas 18.207 vieram da Alemanha. Isso porque, para os dirigentes sionistas, era mais importante recrutar no mundo inteiro “material humano” (expressão de Ben Gurion) em condições econômicas e físicas desejáveis para a fundação de um Estado do que prestar auxílio aos judeus alemães.

Não só o auxílio dos sionistas esteve muito aquém do que poderia ter sido feito, mas chegaram mesmo a se opor a emigrações que não tinham a Palestina como destino final. Logo após a terrível Noite de Cristal <sup>4</sup>, o governo britânico ofereceu acolhida a milhares de crianças judias da Alemanha e da Áustria. É então que Ben Gurion demonstra todo o seu “idealismo”: “Se me fosse dada a possibilidade de escolher entre salvar todas as crianças judias da Alemanha levando-as para a Inglaterra ou salvar apenas a metade delas transportando-as para Eretz-Israel, eu optaria pelo segundo termo da alternativa, pois devemos considerar não só a vida dessas crianças mas igualmente a história do povo de Israel”. Dias depois, em uma carta ao executivo sionista, ele manifesta o temor de “...ver os judeus perseguidos conseguirem se refugiar nos países ocidentais”. E continua mais adiante: “...se se permitir (aos judeus ocidentais) a opção entre o salvamento dos judeus dos campos de concentração e a assistência de um lar nacional na Palestina, a misericórdia prevalecerá e toda a energia judaica será canalizada para o salvamento dos judeus em diversos países...O sionismo será rapidamente riscado do mapa”<sup>5</sup>. Incrível! Chocante! Ideologia é assim mesmo.

Ainda em 1943, no auge da solução final <sup>6</sup>, os sionistas continuam a preterir o problema dos judeus europeus e conclamam as organizações judaicas da América a “uma ação comum para fazer frente aos problemas judaicos do pós-guerra” e para “o acionamento dos direitos

do povo judeu referentes à Palestina”<sup>7</sup>. Dos judeus da Europa eles só se lembraram quando tudo já estava consumado e não havia mais nada a fazer. Nada a não ser capitalizar o seu martírio em proveito de seus objetivos políticos. Agora que mais um nó se acrescentara ao longo rosário de sofrimentos do povo judaico, eles, que praticamente cruzaram os braços na hora mais necessária, se aproveitavam da situação para vender mais facilmente suas idéias. Venderam-nas, por um lado, aos judeus, que mais do que nunca – e compreensivelmente – estavam suscetíveis a recair no velho atavismo do gueto, com todos os seus medos ancestrais e irracionais, que por fim se expressam na idéia da necessidade imperiosa e urgente de se defender por todos os meios possíveis contra um mundo repleto de anti-semitas. E, por outro lado, venderam-na também à opinião pública mundial, que, abalada com a então recente descoberta das dimensões da tragédia judaica, tendia a ver a criação do Estado judeu como uma necessidade e como uma aspiração legítima de todos os membros da nação hebraica. Era a primeira aparição da indústria do Holocausto.

O argumento da necessidade de autodefesa, trazido pelo Holocausto, era também importante para sensibilizar os governos das nações representadas na ONU, que haveria de decidir a criação ou não do Estado de Israel. Pois o argumento bíblico e religioso do direito à moradia na Palestina não era suficiente para convencer muita gente da necessidade de fundação de um Estado: desde o fim da Idade Média o poder político se desvinculara da religião.

E foi nesse clima que foi aprovada a partilha da Palestina, não sem um considerável “empurrão” do capital judaico, que serviu tanto para subornar quanto para pressionar economicamente os que tendiam à posição contrária ou à abstenção. Foi assim que mais da metade do território palestino (a parte mais fértil) foi dada aos judeus, que perfaziam apenas um terço da população total e detinham, por aquela época, o controle de apenas 6% da terra partilhada.

Deve ficar claro que aqui não se está discutindo a legitimidade da aspiração judaica por um lar nacional na Palestina. Critica-se apenas a implantação desse lar às custas do sofrimento e da opressão de um outro povo. E a opressão teve real início após a votação da partilha, pois a situação definida pela resolução da ONU, apesar de extremamente favorável aos judeus, estava bastante aquém do desejado pelos sionistas. Ainda havia muitas aldeias e cidades árabes no interior do território concedido aos judeus, além do que, a parte árabe continha muitos focos populacionais judaicos e cidades consideradas de interesse estratégico ou histórico (Jerusalém era uma delas).

Jamais foi levada realmente a sério qualquer possibilidade de um governo de coalizão ou de algum tipo de entendimento baseado no diálogo e na cooperação. O diálogo era na prática rejeitado por todas as correntes do sionismo. Na ala direita, Wladimir Jabotinsky, líder cujas idéias se aproximam do fascismo, afirmava que o governo de Israel deveria dotar-se de um “muro de aço”, impermeável a qualquer reivindicação árabe, rechaçando-se assim qualquer possibilidade de acordo. No outro extremo, Arlosoroff, teoricamente um homem “de esquerda” e propenso ao diálogo, dizia que o sionismo só poderia avançar com o estabelecimento de um “poder revolucionário organizado” entregue a uma minoria judaica “... a fim de eliminar o perigo de uma dominação da maioria não-judia e suprimir toda rebelião contra nós...”<sup>8</sup>.

Isto porque todos partilhavam aberta ou secretamente a opinião expressa em 1940 pelo diretor do departamento de colonização do Fundo Nacional Judaico, Yosef Weitz: “Entre nós, deve estar claro que não existe lugar neste país para os dois povos ao mesmo tempo. (...) A única solução é uma terra de Israel, ou pelo menos uma terra de Israel ocidental, a oeste do Jordão, sem árabes”.<sup>9</sup>

Era preciso então estender as fronteiras de Israel de modo a abarcar todos os pontos de interesse e, ao mesmo tempo, expulsar (a palavra usada era “transferir”) os árabes de todo o território judaico já conquistado e do que viesse a ser conquistado. Em suma, era um problema bastante análogo ao enfrentado pelo expansionismo nazista, um problema estratégico de “espaço vital”, só que agora eram os árabes que estavam na posição de povo “não-ariano”.

Estender as fronteiras era coisa fácil para uma força armada muito mais bem treinada e equipada do que as oponentes, e, além do mais, Ben Gurion, ecoando as palavras de Haushofer e Hitler, já havia dito que as fronteiras eram feitas “para serem rompidas”<sup>10</sup>. Mas o discurso oficial não podia ser tão explícito. Diante das câmeras e nos jornais, o expansionismo israelense foi justificado sobretudo pela ideologia da auto-defesa e da antecipação aos ataques. Não é à toa que o exército secreto sionista chamava-se Haganah (Defesa, em hebraico). Dizia-se que por uma questão de sobrevivência e segurança, determinadas regiões precisavam passar às mãos israelenses, de modo a evitarem-se as investidas inimigas, enquanto diariamente ficava cada vez mais patente que os palestinos, reduzidos à indignação, jamais teriam condições de sobrepujar as fronteiras judaicas. Conquistadas novas áreas estratégicas, em breve era postulada a necessidade de protegê-las através de outras conquistas, e assim, aos poucos, foram sendo atingidos praticamente todos os objetivos previamente fixados pelos sionistas.

Também neste tipo de discurso eles têm precursores no pensamento geopolítico alemão. O próprio Hitler, no trecho de seu Testamento Político de 1925, acima reproduzido, dá uma mostra de como uma pregação imoderada da necessidade de defesa pode facilmente se transformar em uma direta incitação ao ataque. E a verdade é que aquelas mesmas palavras, com algumas adaptações, poderiam muito bem expressar a maneira de pensar de certos grupos sionistas.

Mas é no que toca à atitude de Israel para com os árabes palestinos que as similaridades entre os dois nacionalismos (judaico e alemão) se tornam mais embaraçosas. Pois deve ser motivo de constrangimento para um judeu dar-se conta de que pessoas de seu povo, logo após o que aconteceu na Europa, tenham permitido que a prepotência política e nacionalista os conduzisse ao ponto de empregar contra um outro povo os meios iníquos da perseguição, da expulsão violenta e mesmo do massacre em massa. Foi um sentimento desta espécie que o ministro da agricultura do governo provisório de Israel, Aharon Cizling, externou em uma reunião de seu gabinete: “Acabo de receber uma carta. Devo dizer que, há algum tempo eu já estava a par do que está acontecendo.(...) Mas desde que recebi esta carta não consigo mais dormir. Sinto que as coisas, como estão acontecendo, partem o meu coração, o da minha família e de todos aqui. Não consigo imaginar para onde vamos depois de termos chegado aonde chegamos (...) Sempre discordei quando usavam o termo 'nazista' para os britânicos. Eu não queria usar este termo quando os britânicos cometiam crimes nazistas. Mas agora, eis que os próprios judeus estão também agindo como nazistas, e todo o meu ser fica abalado...”<sup>11</sup>

Situações como esta só se podem explicar pela influência deletéria que as ideologias exercem no espírito, impedindo que homens e povos consigam construir os laços humanos que tornam a convivência possível e boa.

## Hitler e Einstein

Uma das melhores formas de ilustrar uma idéia é através de casos concretos. A principal idéia que estivemos tentando mostrar ao longo de todo este texto é a de que o anti-semitismo provoca sempre o fortalecimento das mesmas tendências que pretende combater, e que este fortalecimento, por sua vez, gera novamente o anti-semitismo. Esses fatos podem ser observados com nitidez nas trajetórias individuais de Einstein e Hitler.

Nas primeiras décadas deste século, a figura de Einstein tornou-se um símbolo de importância fundamental para os judeus de todo o mundo. Seus trabalhos sobre o efeito fotoelétrico, que lhe valeram o prêmio Nobel em 1905, haviam chamado para ele a atenção do meio científico. Mas foi a Teoria da Relatividade, em suas duas formas, que veio dar à sua figura uma popularidade raríssimas vezes verificada entre cientistas, parcialmente explicável pelo fato de postularem uma reformulação profunda de conceitos básicos da física como espaço, tempo e energia. Transformado rapidamente em celebridade, e logo em sensação científica, Einstein percorreu o mundo explicando suas teorias a platéias que reuniam desde cientistas a uma multidão de leigos embasbacados.

Einstein logo atraiu a atenção da comunidade judaica internacional, que nele pretendia enxergar a si mesma elevada ao topo da glória e do reconhecimento internacional. Muitos quiseram ver em Einstein uma nova confirmação do velho mito da “eleição” ou da “superioridade”. Algo em sua figura fazia apelo ao substrato místico da alma judaica: ele aparecia como uma versão contemporânea do sábio cabalista, que, através de suas fórmulas esotéricas, perscrutava os segredos da natureza. Houve mesmo um rabino que declarou ser a busca einsteiniana por uma teoria do campo unificado uma forma científica de monoteísmo(!)<sup>12</sup>. O próprio Einstein, vaidosamente, e de maneira ligeiramente ridícula para um cientista, estimulava essas associações ao interpretar de forma teológica suas teorias e a ciência em geral. Costumava afirmar, por exemplo, que seu interesse era o de compreender o “pensamento de Deus”; e seu argumento preferido na polêmica com os partidários do “princípio da indeterminação” era o de que “Deus não joga dados com o universo”. Sua fama, mas também sua vaidade, o transformaram em uma espécie de embaixador mundial da causa judaica. Declarando-se sionista, foi cortejado por Chaim Weizmann e Ben Gurion (os sionistas viriam inclusive a oferecer-lhe a presidência do Estado de Israel), tornando-se uma referência mundial da campanha pelo retorno à Terra Prometida.

Concomitantemente, Hitler viria a concentrar em si a esperança de uma Alemanha depauperada e humilhada, ansiosa pelo restabelecimento da normalidade social, profundamente abalada pela crise econômica, e saudosa do esplendor cultural que brilhara no século anterior. Mas nele também confluíam fortemente aspectos problemáticos da sociedade alemã, como a belicosidade, a presunção de superioridade racial (paralela ao mito judaico da eleição) e o ressentimento. Este último, agravado pelo orgulho ferido pela derrota militar na I Guerra (na qual o próprio Hitler foi um voluntário entusiasta) e pela posição privilegiada desfrutada por uma elite judaica, se expressou sobretudo no anti-semitismo.

Era de se prever o confronto entre esses dois símbolos. Cada um deles captava e difundia as ondas mentais provenientes das respectivas comunidades. Como já vimos, muitas destas ondas, exatamente as mais negativas, vibravam na mesma frequência, pois tinham origens ideológicas semelhantes. Ensina a Física que esta é a situação propícia para o surgimento do fenômeno da ressonância, que pode liberar uma força explosiva capaz de provocar terremotos e de fazer com que uma simples brisa intermitente derrube uma ponte de concreto. Era o que acontecia entre esses dois centros de irradiação: cada um ressaltava e reforçava no outro o que ele tinha de pior, e a influência retornava com uma intensidade ampliada, para ser novamente rebatida, aumentando cada vez mais a tensão da oposição. Na Europa central, a maré não prometia boa coisa.

No início da década de 1920, quando se aproximou do sionismo, Einstein era conhecido não apenas pelos seus trabalhos científicos, mas também como um defensor radical da causa do pacifismo. Entendia de assuntos políticos tanto como Weizmann de Física. A cúpula sionista o atraiu e o utilizou basicamente como figura de enfeite, recorrendo à sua notoriedade para angariar prestígio e simpatia internacionais. Ao aderir ao movimento sionista, Einstein atraiu para si uma crítica tradicionalmente feita aos judeus, muitas vezes fundamentada: a acusação de desenvolver uma solidariedade relativa à comunidade judaica internacional em detrimento de uma solidariedade dirigida à sociedade nacional na qual vivem. É inclusive provável que uma das causas da popularidade alcançada pelo anti-semitismo nazista tenha sido uma certa postura distante adotada pela alta burguesia judaica alemã em relação aos graves problemas sociais por que passava o país. De Einstein talvez se esperasse que, como personagem de projeção mundial, se utilizasse de sua influência em prol não dos judeus sem pátria do mundo todo mas dos alemães sem casa nem trabalho que o rodeavam, atitude essa que teria no mínimo dificultado qualquer política de discriminação racial. Além do mais, ele tinha uma dívida de gratidão para com um povo que o havia recentemente acolhido. Foi a partir de então que o físico começou a ser uma figura visada pelo crescente anti-semitismo alemão.

Ao final de 1932, Einstein deixa a Alemanha em cumprimento a um compromisso anual que contraíra junto a uma universidade americana. Demonstra sua apreensão quanto aos rumos políticos do país e expressa o pressentimento de que a partida é definitiva (recomenda à sua esposa que olhe atentamente a pequena vila onde se situava sua casa de campo, pois

possivelmente nunca mais voltaria a vê-la). Apesar disso, ele não deixa de ficar profundamente abalado pela efetiva nomeação de Hitler ao cargo de Chanceler do Reich, em 30/01/1933.

Pouco tempo antes disso, Einstein já havia começado a tomar uma série de atitudes equivocadas e precipitadas, que progressivamente o afastam de suas antigas posições em relação à guerra. Em novembro de 1932 ele causou espécie entre seus antigos correligionários pacifistas (que como ele próprio sempre haviam defendido a supressão de todo o tipo de forças armadas) ao defender publicamente a idéia da criação de uma “força policial internacional” que, com a finalidade de garantir a paz, estaria autorizada a utilizar “armas verdadeiramente efetivas”<sup>13</sup>. Em 9 de março do ano seguinte, ele dirige uma carta anti-ética a Max Planck. Planck, criador da teoria quântica, havia, juntamente com Walther Nernst, convidado Einstein a integrar a Academia Kaiser Wilhelm em Berlim, em 1914. Agora Einstein lhe sugeria propor aos membros da Academia que se retirassem da Alemanha para trabalhar em um comitê científico internacional<sup>14</sup>. A proposta, recusada pelo nacionalista Planck, era eticamente incorreta sobretudo porque, por meio dela, Einstein tentava induzir os colegas a uma tomada de posição política que teria de ser espontânea. Qualquer iniciativa de emigração deveria caber a cada um individualmente. Mais uma vez o cientista dava ensejo a que se levantasse contra ele acusações de traição nacional e subversão.

Em 10 de março Einstein anuncia em público que não pretende retornar à Alemanha, já que lá, afirma ele, não havia liberdade civil, tolerância e igualdade perante a lei. Mas é no dia 16 que ele mete definitivamente os pés pelas mãos. Esta era a data do lançamento de uma antologia de seus escritos pacifistas no Waldorf-Astoria. Convidado a discursar, Einstein ataca a Academia Kaiser Wilhelm, declara que na Alemanha os pacifistas eram inimigos do Estado e afirma que o mundo devia ser alertado sobre os perigos do hitlerismo<sup>15</sup>. Prontamente suas palavras são interpretadas na Alemanha – mas não somente lá – como um chamado à intervenção bélica internacional no país, coisa que o físico nega veementemente. Porém, é claro que esta era uma interpretação mais do que cabível, face às suas declarações recentes. Tanto que autores como David e Arnold Brody, que nada têm de anti-einsteinianos, comentam o episódio dizendo simplesmente que o físico “conclamou toda a Europa a pegar em armas contra os nazistas para impedi-los de precipitar uma guerra”.

Em julho do mesmo ano, o físico se nega a defender dois jovens belgas que estavam sendo processados por recusarem-se a prestar serviço militar, afirmando que se fosse belga serviria às forças armadas com satisfação. Foi um choque nos meios pacifistas. Falou-se em desapontamento, decepção e traição. Alguns anos mais tarde ele dirá que o fato de a Inglaterra, a França e os EUA terem permanecido de 1925 a 1935 sem desenvolver-se militarmente havia encorajado a arrogância dos alemães<sup>16</sup>. Pode ser, mas o argumento é uma negação completa da própria idéia do desarmamento, e de qualquer princípio pacifista. Está-se longe do tempo em que Einstein declarava preferir “...ser feito em pedaços a tomar parte em tão abominável empreendimento como é a guerra”, e perto daquele em que ele seria a peça chave no desenvolvimento da mais terrível das abominações bélicas, a bomba atômica.

De fato, Einstein enviou ao presidente Roosevelt três cartas decisivas para que o projeto da bomba fosse iniciado e levado avante, além do que empenhou-se na resolução de problemas técnicos relacionados à sua fabricação<sup>17</sup>. Com isso, ele entra para a História como precisamente o oposto de um pacifista, como o incentivador do desenvolvimento de armas capazes de matar em poucos segundos 120.000 pessoas, transformando-as em vapor. Ao sair da Alemanha ele afirmara ser o principal inimigo de Hitler, e agora ele finalmente se equiparava ao seu oponente como fomentador da guerra.

Max Born, físico eminente e amigo de Einstein, nunca se declarou pacifista, mas recusou tomar parte no projeto da bomba atômica. “Meus colegas sabiam”, disse ele, “que eu me opunha a tomar parte de um trabalho de guerra deste caráter, que parecia tão horrível”<sup>18</sup>. O que então pode explicar que um homem que se considerava pacifista pudesse passar por cima de escrúpulos como esses? Um cientista japonês, após as explosões de Hiroshima e Nagasaki, fez esta pergunta a Einstein. Ele respondeu que não tivera escolha e que

incentivara a fabricação da bomba como forma de “salvar sua família”.

Essa resposta é um raio X da mente einsteiniana entre 1933 e 1945. Einstein entrou na guerra como judeu. Como um judeu empenhado em defender os membros de seu povo, ele fez a apologia do uso da força quando ninguém ainda falava em guerra, e continuou a fazê-lo quando a guerra ainda poderia ser evitada. Seu pacifismo tombou perante um sentimento tribal. Em tempo de paz, e quando eram outros povos que estavam em conflito, ele podia fazer tranqüilamente seus discursos pela paz. Assim é fácil. Hitler também fez muitos discursos pela paz. A URSS era uma nação de pretensões claramente imperialistas e que vinha desde 1917 assassinando em massa de forma atroz (é amplamente sabido que o Gulag russo foi o modelo imitado pelos campos de concentração nazistas). Mas Einstein não considerou isso motivo suficiente para abandonar o pacifismo. No início da Primeira Guerra Mundial, ele podia zombar do nacionalismo e do militarismo alemães, rindo do Manifesto ao Mundo Civilizado. Este documento, assinado pela maioria dos membros da Academia Kaiser Wilhelm, defendia a entrada da Alemanha na guerra e afirmava ser o militarismo um aspecto indissociável da cultura germânica. Como a guerra não lhe dizia respeito, Einstein podia facilmente considerar o documento “uma loucura”. Foi a opinião que expressou ao novelista Sudermann, por ele admirado, o qual, para a surpresa do cientista, respondeu-lhe: “Sou eu o autor do mesmo!”.

Só quando “a família” estava correndo perigo é que o discurso mudou. Sua mente caiu presa de uma forma viciada de pensamento, que dá um valor maior ao sofrimento dos seus do que ao dos outros; e com essa mentalidade não se faz nada pela paz. Mas o pior de tudo: Einstein agiu movido pelo ressentimento, e mesmo, como fica evidente em sua atuação pró bomba atômica, pelo ódio. Dessas origens nunca saiu e nunca sairá nada de bom.

Para os judeus da Alemanha, por exemplo, a atuação de Einstein não podia ter tido conseqüências mais graves. A síndrome de liderança einsteiniana acabou tornando-o uma marionete facilmente manipulável nas mãos das poderosas elites judaicas. Ora, o objetivo destas elites era antes derrotar o poderio econômico alemão do que salvar os judeus alemães, pois não teria sido difícil utilizar-se de seu capital para tirá-los de lá e arranjar-lhes acomodação, pelo menos temporária. Por isso, em sua cruzada quixotesca, Einstein não agiu no interesse de seus concidadãos, mas, talvez sem o saber, fez exatamente o que aquelas elites queriam que fizesse, e que era também o que muitos nazistas queriam que ele fizesse. Cada nova proeza einsteiniana servia para instigar e alimentar o ódio, e às vezes como pretexto para uma radicalização maior. (Será coincidência que as primeiras leis anti-judaicas alemãs, referentes à exoneração dos judeus dos cargos públicos, tenham sido baixadas apenas duas semanas após a desastrosa palestra no Waldorf-Astoria?)

Em breve Einstein se torna, no exterior, um símbolo da luta contra o nazismo, e na Alemanha, um símbolo catalisador do ódio. A relação entre a imagem de Einstein e o destino dos judeus europeus está caracterizada no filme propagandístico O Judeu Eterno, de 1940. Nessa grotesca obra-prima do racismo, Einstein, única figura de vulto do meio judaico a aparecer, merece destaque como traidor da pátria. Significativamente, o filme termina com o tape de um famoso discurso de Hitler no Reichstag a 30/01/1939, no qual o governante faz a “previsão” de que uma nova Guerra Mundial traria como resultado a “...aniquilação da raça judaica na Europa”<sup>19</sup>. Mas as conseqüências da atuação de Einstein se fazem sentir pesadamente também no pós-guerra. Ele deixa como herança, não apenas para sua família, mas também para todos os povos do mundo, um arsenal atômico que se tornou um pesadelo pavoroso e uma ameaça constante para toda a vida do planeta.

Hitler, com seu anti-semitismo, radicalizou o judaísmo de Einstein. Em contrapartida, a atuação de Einstein radicalizou o anti-semitismo de Hitler. Estes fatos exemplificam o funcionamento de um círculo vicioso que já se arrasta há muito tempo e já causou muito sofrimento. Seu movimento só pode ser estancado por meio do cultivo de atitudes totalmente distintas das que quase sempre se verificaram ao longo da História.

Mas quais são estas atitudes? Einstein, por exemplo, o que deveria ter feito? Que postura deveria adotar um pacifista em seu lugar?

Jesus, que não era apenas um pacifista, mas a própria Paz encarnada, ensinou que não se deve resistir ao mal com o mal. Por quê? Porque deste modo só se faz perpetuá-lo e intensificá-lo. O mal é uma força que, para subsistir, precisa de resistência, precisa de embate, de confronto. Negando-se-lhe o embate, ele não tem mais como se manifestar: arrefece, se extingue. Além disso, aquele que não alimenta o conflito ganha tempo e condições de voltar sua atenção para si próprio e examinar se as causas primeiras da agressão sofrida não estarão nele mesmo. Isto equivale a transformar a ofensa em um estímulo ao aperfeiçoamento e à regeneração. É difícil agir assim, porque a violência tende a suscitar naqueles a quem é direcionada o que eles tem de pior, e a reação tende a se manifestar também violentamente. Mas essa é a prova. Quem almeja a paz tem de vencer o mal em si mesmo para ter condições de vencê-lo no outro.

Vencer o mal no outro significa fazer-lhe o Bem. É por isso que Jesus falou que devemos amar nossos inimigos, fazendo o Bem àqueles que nos ofendem. Se estão errados, é preciso mostrar-lhes o erro; se agiram mal, perdoar e relevar. De fato, quem ama só os seus amigos nada faz de extraordinário. Além disso, quem responde ao mal com o Bem desperta no outro o que ele tem de melhor. Deve-se sempre acreditar e investir nesse lado sadio dos que se consideram nossos inimigos, porque esse elemento é a única coisa capaz de destruir o mal.

Muitos dirão que esta atitude era impossível para Einstein, pois o nazismo não possuía nenhum lado bom. Responderemos então que nenhum movimento pode agregar tantos seres humanos se não possuir qualquer coisa de positivo. É importante considerar que o nacional-socialismo nasceu no seio de um povo que estava em uma situação que já tinha sido muitas vezes a situação do povo judaico: a de um povo oprimido e miserável, que anseia por poder viver tranqüilamente, de forma digna, saudável e feliz, com espaço para cultivar suas tradições e defender sua identidade. E que, apesar de tudo, o movimento fazia o elogio da ordem, da beleza, da disciplina e do trabalho, coisas que não se pode negar que sejam positivas. Hitler também tinha um lado positivo e humano – aspecto esse que seus críticos negam totalmente e que seus seguidores gostariam de transformar quase que em uma auréola de santidade. Ele realmente amava seu povo (embora nem tanto os outros povos) e era capaz de sentimentos de amizade e de ternura. Tinha força de vontade, espírito de liderança e competência administrativa, além de ter demonstrado sensibilidade artística. Mas, era humano, e, como tal, sujeito a erro. Viveu em uma época particularmente marcada pela violência e pela ignorância. Cedo perdeu o pai, e não nunca pôde contar com ninguém que o orientasse sobre a melhor forma de empregar seus talentos e o ensinasse a lidar com seu próprio temperamento. Tudo isso, somado a circunstâncias históricas já aludidas, concorreu para que seus erros originassem graves desvios, cujos resultados são conhecidos.

É sempre triste quando o negativo suplanta o positivo. No caso de Hitler foi triste e trágico. O amor que ele tinha pelo seu povo não o impediu de lançá-lo em um abismo ainda maior do que aquele do qual queria tirá-lo. Sua preocupação com a saúde das futuras gerações não o impediu de mandar ao front centenas de adolescentes recém-saídos da infância, quando a derrota já era totalmente certa, apenas para satisfazer seu orgulho de nunca capitular. O legado que deixou para seu país é uma geração atormentada pelo sentimento de culpa, que não mais consegue se relacionar de forma sadia com sua história e que tem lá suas razões para desconfiar de toda forma de nacionalismo.

Mas isso não significa que por trás do estadista violento e obsessivo não pudesse ainda haver algo digno de ser resgatado. O esforço de Einstein, e de todos os que se opuseram a Hitler (supondo que quisessem a paz) teria de ser no sentido não de destruí-lo mas sim no de sensibilizá-lo até atingir algo do jovem pintor que demonstrava um anseio interior de paz e harmonia. Teria sido uma atitude inesperada, mas é deste tipo de atitude que provêm os resultados mais inesperados.

Churchill afirmou que a Verdade é a primeira vítima da guerra. Realmente, pois a guerra é feita pela mentira. A mentira dos nazistas, a mentira dos sionistas, a mentira dos aliados e a de Churchill. A mentira das ideologias. É preciso nunca perder de vista que as ideologias mais radicais são castelos de cartas que podem subitamente desmoronar ao mais leve toque da Verdade. E é preciso nunca deixar de acreditar que, como disse Arendt, apenas o Bem é

realmente radical, pois só ele tem raízes. E que o erro, a ignorância, a desarmonia, mesmo quando parecem ser as regras, são anomalias, enfermidades passageiras, nuvens turvas que um inesperado sopro de benevolência tem condições de dissipar.

Chamarão de absurdas essas idéias, além de impraticáveis. Não importa. São as idéias dos que anseiam pela Paz.

## Notas

1. O tratado de paz assinado ao término da primeira guerra mundial.
2. Citado a partir de Maser, Werner, Hitlers Briefe und Notizen, Düsseldorf, Econ Verlag, 1973, p.355
3. Maser, W. op. cit, p. 204 e 244.
4. Assim se designa a triste seqüência acontecimentos iniciada na madrugada do dia 10 de novembro de 1938, quando, em represália a um atentado ao terceiro secretário da embaixada alemã em Paris, "...segundo um balanço feito por Heydrich, cento e uma sinagogas são queimadas, setenta e cinco destruídas, sete mil e quinhentas lojas destruídas e noventa e um judeus mortos." Trecho extraído da obra "Por uma História Profana da Palestina", de Lotfallah Soliman, (São Paulo, ed. Brasiliense, 1990, p.90).
5. Citado por Soliman, L. op. cit. P. 85
6. A expressão provém das atas de uma famosa conferência realizada em 1941, nas quais encontra-se eufemisticamente consignada a determinação de "proceder a solução final e definitiva da questão judaica" na Europa ocupada.
7. Citado por Soliman, L., op. cit. p.94.
8. Idem, pp 90-92.
9. Idem, p.137.
10. Idem, p.123.
11. Idem, p.132-133.
12. A informação provém das atas de Einstein. The Life and Times, obra de Ronald W. Clark (Southampton, ed. Hodder and Stoughton), p.390
13. Clark, R., op. cit. p. 457.
14. Idem, p.431.
15. Idem, pp.433-434.
16. Idem, p.460.
17. A respeito, é de interesse o capítulo 20 da obra citada de Ronald Clark.
18. Clark, R., op. cit. p.521.
19. Maser, W. op. cit. p. 264.

Tarde demais e já em idade avançada, Einstein parece ter caído em si. Disse ao físico Linus Pauling: "Cometi um grande erro em minha vida – quando eu assinei a carta ao presidente Roosevelt recomendando a fabricação das bombas...". Depois viria a dizer que teria sido melhor se houvesse escolhido a profissão de encanador. Essa sentença traduz perfeitamente o sentimento de muitos amantes da paz e de muitos membros e admiradores da nação japonesa; e possivelmente o seu próprio sentimento, pois a marcha do tempo tem o poder de trazer consigo a lucidez. Mas talvez seu verdadeiro anseio fosse ser músico. Tocava violino, e com a prática constante aliada à força de vontade poderia mesmo chegar a tocar satisfatoriamente. (Um músico famoso, ao fazer um duo com o físico, diante de suas repetidas falhas rítmicas perguntou: "Professor, o senhor não sabe contar?").

Hitler foi outro que o mundo lamenta ter abandonado a arte. É realmente uma pena que os examinadores da Academia de Artes Plásticas de Viena tenham vetado o ingresso do jovem pintor na instituição. Mesmo porque era inegável o seu talento.

É um exercício interessante imaginar um mundo no qual Einstein fosse músico e Hitler pintor. Se é verdade que a arte é uma pátria universal, eles seriam concidadãos. E a arte é tão mágica que talvez os tornasse amigos.



**IMPRESSÃO**